



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SOUSA
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 2.506, DE 25 DE JUNHO DE 2014

Estabelece Diretrizes e Metas Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2015 e adota outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSA** aprovou e o Prefeito Constitucional do Município, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, sanciona e manda publicar a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o Exercício de 2015, compreendendo:

- I - As prioridades da administração pública municipal;
- II - A estrutura e organização do orçamento anual;
- III - As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas eventuais alterações;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - As disposições relativas à dívida consolidada e seus respectivos encargos;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII - Outras disposições gerais sobre orçamento e gestão fiscal do Município.

CAPÍTULO II **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Pública Municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do Exercício Financeiro de 2015, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

I - Em relação à Câmara Municipal: modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;

II - Em relação ao Poder Executivo:

a) Melhoria e ampliação da infraestrutura e oferta de serviços básicos, nos segmentos:

1 - De Educação - com melhoria do ensino, oferta de vagas no ensino regular fundamental para todas as crianças em idade escolar;

Benjamin

2 - De Saúde e Saneamento - com restauração da rede física e elevação dos níveis de atendimento, visando a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;

3 - De promoção social à família, à criança e ao adolescente;

4 - De incentivo aos trabalhos rurais;

5 - De apoio aos programas de melhorias populares;

6 - De ampliação de oferta de emprego e renda à população;

7 - De recuperação e conservação do meio ambiente;

8 - De desenvolvimento em articulação com os Governos Estadual e Federal, de programas voltados à implementação de políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-cultural e artístico;

9 - De arte, cultura, lazer e fomento às entidades e organizações culturais de base;

10 - Construção de Centros Comunitários na Zona Rural.

b) Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:

1 - Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;

2 - Energia Elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;

3 - Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação;

4 - Construção de Pontes ao longo do Canal do Estreito.

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

1 - Do desenvolvimento da agropecuária;

2 - Da indústria, com ênfase à pequenas e micro empresas;

3 - Do desenvolvimento da produção mineral.

d) Ações administrativas que objetivem:

1 - A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

2 - A busca do equilíbrio financeiro do Município pela eficiência das políticas de Administração Tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

III - NA ÁREA SOCIAL:

a) Na Educação e Cultura:

1 - Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a quatro anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;

2 - Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 30% (trinta por cento);

3 - Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos professores da rede Municipal;

4 - Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%;

5 - Redução à zero a taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;

6 - Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;

7 - Manutenção do transporte escolar para os alunos do Município;

8 - Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;

9 - Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do Município;

10 - Apoio às atividades de Extensão Universitária;

11 - Apoio a todos os projetos culturais do Município, especialmente à promoção das festividades comemorativas no dia da cidade, carnaval, festas juninas e do(a) padroeiro(a);

12 - Implementação de políticas públicas direcionadas às mulheres, em toda a extensão de anseios e direitos;

13 - Manutenção do Fundo Municipal de Cultura;

14 - Implantação do Programa Agente Comunitário de Educação;

15 - Financiamento das carteiras de estudantes dos alunos da rede pública municipal;

16 - Cumprimento e execução do Plano Permanente de Incentivo a Leitura;

17 - Contribuição ao Sousa Esporte Clube;

18 - Construção de quadra esportiva na Zona Rural;

19 - Auxílio financeiro as Quadrilhas juninas.

b) DA SAÚDE PÚBLICA:

1 - Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo em 5% (cinco por cento) o índice de mortalidade infantil;

2 - Manutenção da média e alta complexidade ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do Município;

3 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

4 - Implementação dos serviços de vigilância em saúde, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do Município;

- 5 - Manutenção da Atenção Primária à Saúde;
- 6 - Manutenção da Assistência Farmacêutica Básica;
- 7 - Manutenção das atividades de Gestão do SUS e Controle Social.

c) DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO:

- 1 - Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
- 2 - Construção e melhoria de casas populares;
- 3 - Saneamento básico nos Núcleos Habitacionais I, II e III.

d) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- 1 - Assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante ampliação dos atuais programas;
- 2 - Ampliar os programas de assistência comunitária;
- 3 - Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas às famílias carentes;
- 4 - Estimular programas de assistência comunitária;
- 5 - Ajuda financeira destinada às pessoas carentes, quando em deslocamento para outros centros;
- 6 - Distribuição de medicamentos às pessoas de baixa renda;
- 7 - Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
- 8 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

IV - NA ÁREA ECONÔMICA:

a) AGROPECUÁRIA:

- 1 - Assistência e incentivo à produção agrícola;
- 2 - Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuí-los com agricultores carentes;
- 3 - Fortalecimento do pequeno produtor rural;
- 4 - Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
- 5 - Estratégia de convivência com a seca, e adoção de políticas de combate à pobreza rural;

b) INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO:

- 1 - Apoio às pequenas e micro empresas do Município;

- 2 – Implementação de políticas de apoio ao Turismo no Município;
- 3 – Atração de novas indústrias, e consequente geração de emprego e renda.

V - NA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

a) RECURSOS HÍDRICOS:

- 1 - Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação e consumo humano;
- 2 – Incentivo à atração de novas fontes hídricas, como forma de manutenção em longo prazo;
- 3 – Buscar mecanismos de apoio para promover o desassoreamento dos Rios do Peixe e Piranhas;
- 4 – Construção de caixas d'água nas Zonas Urbana e Rural.

b) TRANSPORTES:

- 1 - Conservação e apoio à malha rodoviária Municipal;
- 2 – Construção de ciclovias, como estímulo a novas práticas saudáveis, e uma opção de deslocamento;
- 3 – Confeccionar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, com a participação de segmentos da sociedade;
- 4 – Construção de passagem molhada.

c) ENERGIA:

- 1 - Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
- 2 - Manutenção da eletrificação urbana e rural;
- 3 – Adoção de políticas para implementação de energia “limpa”.

d) SERVIÇOS URBANOS:

- 1 - Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
- 2 - Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
- 3 - Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do Município;
- 4 - Arborização da cidade e recuperação de áreas degradadas;
- 5 – Urbanização e serviços de drenagem de águas pluviais da cidade;
- 6 – Fiscalização dos terrenos baldios da cidade, como forma de coibir utilizações para fins que tragam prejuízos à saúde da população;
- 7 – Implementação de IPTU ecológico, como forma de respeitar e preservar o meio ambiente;

8 – Criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo único. Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o Exercício de 2015.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando a realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II - Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

III - Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV - Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

§ 1º Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

§ 3º Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

§ 4º A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

CAPÍTULO III **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I - Mensagem;
- II - Projeto de Lei do Orçamento;
- III - Tabelas explicativas;

§ 1º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária anual conterá:

- a) Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b) Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c) Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 5º O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhando-a por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

Por favor

I - DESPESAS CORRENTES

- a) Pessoal e encargos sociais;
- b) Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c) Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d) Outras despesas correntes.

II - DESPESAS DE CAPITAL

- a) Investimentos;
- b) Inversão financeira;
- c) Amortização da dívida consolidada;
- d) Outras despesas de capital.

CAPITULO IV **DAS DIRETRIZES GERAIS PARA** **ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES**

Seção I **Das Diretrizes Gerais**

Art. 6º Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2015, deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

- I - As despesas deverão ser orçadas a preço de Dezembro de 2013;
- II - O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Setembro do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2015;
- III - A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, até 31 de Agosto do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2015, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº. 25/2000;
- IV - O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, até 30 de Setembro de 2014;
- V - A Câmara Municipal deverá devolver para sanção do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 30 de dezembro de 2014;
- VI - O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e Publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;
- VII - A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:

a) Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

b) Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica no valor de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida;

VIII - Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão Obedecer a classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320 de 17 de Março de 1964;

IX - Para que a reserva de contingência tenha realidade material, durante o Exercício Financeiro de 2015, somente poderão ser comprometidos 98% (noventa e oito por cento), da receita com as despesas orçamentárias;

X - Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

Per Juan

a) Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;

b) Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;

c) Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2015.

XI - Constará do orçamento municipal autorização para abertura de créditos suplementares no limite de (25%) vinte e cinco por cento, do total das despesas fixadas para o exercício financeiro de 2015.

Art. 7º O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

- I - Texto da lei;
- II - Quadros orçamentários consolidados;
- III - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;
- IV - Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2015, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 9º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2015 deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais.

Art. 11. O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2015, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2014, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº. 25/2000.

Art. 12. É de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 13. A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

§ 1º Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas, e assim por diante.

Am João

§ 2º Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

§ 3º Até 31 de Janeiro de 2015, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

§ 4º Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 14. Será vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, destinadas a entidades sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação e esporte;

II - Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos, dar-se-á mediante a apresentação de declaração que comprove seu regular funcionamento nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2013 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestação de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações posteriores.

§ 3º É vedada a inclusão no orçamento de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 15. É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos, e desde que:

I - prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;

II - estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

III - sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;

IV - sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 16. A execução das ações de que tratam os artigos 13 e 14 desta Lei fica condicionado, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000 (LRF).

Ass. João

Art. 17. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento Municipal, a qualquer título, sujeitar-se-á à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção II Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 18. O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá necessariamente constar, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentários, destacando-se, pelo menos:

I - os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;

II - os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso.

Parágrafo único. Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritárias para o município ou atendam às exigências desta lei.

Art. 19. Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

I - inclusão de projetos em andamento;

II - inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo único. Não poderão ser programados investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 20. O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os Órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo único. Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

I - a remuneração dos agentes políticos;

II - os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;

III - as obrigações patronais;

IV - as demais despesas, assim consideradas pela Lei nº. 101/2000.

Art. 21. As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

Art. 22. Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Handwritten signature

Art. 23. O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2015, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

§ 1º As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2015 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida, o montante estimado para o exercício de 2014, acrescido de até 20% (vinte por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

§ 2º Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais em 2014 para 2015, o Poder Executivo e a Câmara Municipal, observando o art. 71 da referida LC nº. 101/2000, terão como limites a despesa da folha de pagamento de Abril de 2014, projetadas para o Exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos vagos e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha a ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no parágrafo 1º deste artigo.

CAPÍTULO VI DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 24. A Lei Municipal que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

Art. 25. Na estimativa do referido Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2015.

§ 1º Estima-se a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei do orçamento:

I - serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

§ 2º Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até 30 (trinta) dias após sanção da lei orçamentária.

§ 3º Também, por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.



CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o Exercício de 2015.

Art. 27. Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçadas e calculadas de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados:

I - O Poder Executivo e a meta da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;

II - a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

III - o Poder Executivo e a meta da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;

IV - as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

Parágrafo único. Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

Art. 28. As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com Lei Municipal específica.

Art. 29. É vedado consignar no orçamento Municipal para 2015 dotações para subvenções econômicas, ressalvas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 30. São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando viabilizar a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 31. Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 32. O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2015, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

- Anexo I -** Metas Anuais;
Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;
Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;
Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;
Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
Anexo VIII - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 33. O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do Exercício de 2015.

Art. 34. O Poder Executivo enviará para o legislativo, no prazo de (120) cento e vinte dias a contar da publicação desta, um Projeto de Lei criando o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 36. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Sousa, Estado da Paraíba, 25 de junho de 2014


ANDRÉ AVELINO DE PAIVA GADELHA NETO
Prefeito

**Prefeitura Municipal de Sousa**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo de Riscos e Metas Fiscais

Exercício: 2014

AMF - (LRF, art. 4º, §3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS FISCAIS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
ARRESTOS JUDICIAIS	100.000	RESERVA DE CONTIGENCIA	500.000
AUMENTO SALARIO MINIMO	500.000	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS	500.000
PRECATORIOS	300.000	REDUÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS	300.000
ESTIAGEM (AUMENTO DAS DEMANDAS SOCIAIS)	500.000	REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO	100.000
TOTAL	1.400.000	TOTAL	1.400.000

FONTE:

MARCOS JOSE DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC PB 5493

ANDRE AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO

**Prefeitura Municipal de Sousa**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo I - Metas Anuais

Exercício: 2014

R\$ 1,00

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º § 1)

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	98.895.657	92.859.772	177,369	105.323.877	92.861.821	164,258	112.169.930	92.863.590	152,136
Receitas Primárias (I)	98.591.857	92.574.514	176,824	105.000.329	92.576.555	163,753	111.825.352	92.578.319	151,669
Despesa Total	98.895.657	92.859.772	177,369	105.323.879	92.861.822	164,258	112.169.927	92.863.587	152,136
Despesas Primárias (II)	97.603.291	91.646.283	175,051	103.947.509	91.648.306	162,112	110.704.093	91.650.048	150,148
Resultado Primário (III) = (I - II)	988.566	928.231	1,773	1.052.820	928.249	1,642	1.121.259	928.271	1,521
Resultado Nominal	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Dívida Pública Consolidada	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Dívida Consolidada Líquida	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000

Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000

FONTE:

VARIÁVEIS	2014	2015	2016
PIB Real (Crescimento % anual)	18,30	22,30	27,30
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	6,00	6,00	6,00
Câmbio (R\$ / US\$ - Final do Ano)	2,01	2,01	2,01
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,50	6,50	6,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	55.157.000,00	64.121.000,00	73.730.000,00

MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC PB 5493

ANDRÉ AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO

**Prefeitura Municipal de Sousa**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Exercício: 2014

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c / a) x 100
Receita Total	98.895.657	227,923	79.053.283	182,192	-19.842.374	(20,06)
Receitas Primárias (I)	98.591.857	227,222	78.781.846	181,567	-19.810.011	(20,09)
Despesa Total	102.391.222	235,979	76.274.500	175,788	-26.116.722	(25,51)
Despesas Primárias (II)	100.936.856	232,627	73.498.475	169,390	-27.438.381	(25,87)
Resultado Primário (III) = (I - II)	-2.344.999	-5,404	5.283.371	12,176	7.628.370	(325,30)
Resultado Nominal	35.117.818	80,935	35.117.818	80,935	0	0,00
Dívida Pública Consolidada	35.852.902	82,629	35.852.902	82,629	0	0,00
Dívida Consolidada Líquida	35.111.577	80,921	35.111.577	80,921	0	0,00

FONTE:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2012	43.390.000,00
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2012	43.390.000,00

MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC/PB 5493

ANDRÉ AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO

**Prefeitura Municipal de Sousa**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

Exercício: 2014

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	
Receita Total	87.845.476	98.895.657	12,58	98.895.657	0,00	98.895.657	0,00	105.323.877	6,50	112.169.930	6,50	
Receitas Primárias (I)	87.063.476	98.591.857	13,24	98.591.857	0,00	98.591.857	0,00	105.000.329	6,50	111.825.352	6,50	
Despesa Total	89.142.929	102.391.222	14,86	98.895.657	(3,41)	98.895.657	0,00	105.323.879	6,50	112.169.927	6,50	
Despesas Primárias (II)	88.190.829	100.936.856	14,45	97.603.291	(3,30)	97.603.291	0,00	103.947.509	6,50	110.704.093	6,50	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-1.127.353	-2.344.999	108,01	988.566	142,16	988.566	0,00	1.052.820	6,50	1.121.259	6,50	
Resultado Nominal	-6.241	35.117.818	772,83	-35.111.577	199,98	0	100,00	0	0,00	0	0,00	
Dívida Pública Consolidada	0	35.852.902	0,00	0	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	-6.241	35.111.577	672,83	0	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%	
Receita Total	73.510.859	68.002.240	(7,49)	98.895.657	45,43	92.859.772	(6,10)	92.861.821	0,00	92.863.590	0,00	
Receitas Primárias (I)	72.856.465	67.793.342	(6,95)	98.591.857	45,43	92.574.514	(6,10)	92.576.555	0,00	92.578.319	0,00	
Despesa Total	74.596.593	70.405.846	(5,62)	98.895.657	40,47	92.859.772	(6,10)	92.861.822	0,00	92.863.587	0,00	
Despesas Primárias (II)	73.799.857	69.405.801	(5,95)	97.603.291	40,63	91.646.283	(6,10)	91.648.306	0,00	91.650.048	0,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-943.392	-1.612.459	70,92	988.566	161,31)	928.231	(6,10)	928.249	0,00	928.271	0,00	
Resultado Nominal	-5.223	24.147.575	448,93)	-35.111.577	245,40)	0	100,00)	0	0,00	0	0,00	
Dívida Pública Consolidada	0	24.653.031	0,00	0	100,00)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	-5.223	24.143.283	366,76)	0	100,00)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	

FONTE:

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2011	2012	2013	2014	2015	2016
19,50	21,70	22,70	6,50	6,50	6,50

MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC PB 5493

ANDRÉ AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO

**Prefeitura Municipal de Sousa**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Exercício: 2014

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio / Capital	23.898.855	0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Resultado Acumulado		0,00		0,00		0,00
TOTAL	23.898.855	0	0	0	0	0

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Lucro ou Prejuízos Acumulado		0,00		0,00		0,00
TOTAL	0	0	0	0	0	0

FONTE:

MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC PB 5493

ANDRÉ AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Sousa

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Exercício: 2014

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

RS 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (d)	2010
NADA A REGISTRAR			
TOTAL	0	0	0

MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC PB 5493

ANDRÉ AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO

**Prefeitura Municipal de Sousa**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Receitas e despesas Previdenciárias do RPPS

Exercício: 2014

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL-RPPS			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO-RPPS			
OUTROS APORTES AO RPPS			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)			

Reserva do RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)			
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS			

FONTE:

MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC PB 5493

ANDRÉ AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Sousa

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Exercício: 2014

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
		NADA A REGISTRAR		

FONTE

MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC PB 5493

ANDRÉ AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO

**Prefeitura Municipal de Sousa**

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Exercício: 2014

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

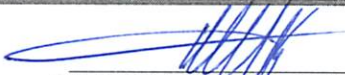
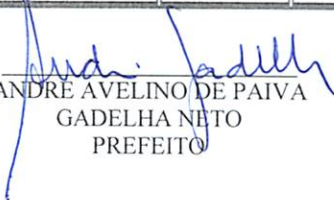
R\$ milhares

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFÍCIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	

NADA A REGISTRAR

TOTAL						
-------	--	--	--	--	--	--

FONTE:


MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC PB 5493
ANDRÉ AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Sousa

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado Exercício: 2014

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2014
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III + IV)	0

NADA A REGISTRAR

FONTE:

MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA
Contador Geral CRC PB 5493

ANDRÉ AVELINO DE PAIVA
GADELHA NETO
PREFEITO